Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina "Santa Marcelina Cultura"

C.N.P.J. nº 10.462.524/0001-58

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em reais

Balanço Patrimonial Santa Marcelina Cultura - Associação

Ativo	Nota Explicativa	2017	2016
Circulante		**756.568**	**409.775**
Caixa e equivalentes de caixa	**(04)**	746.128	398.425
Outros créditos		10.440	10.440
Adiantamentos diversos		-	910
Não Circulante		**2.213.010**	**2.413.916**
Permanente		**2.213.010**	**2.413.916**
Imobilizado	**(06)**	2.213.010	2.413.916
Total do Ativo		**2.969.579**	**2.823.691**

Passivo	Nota Explicativa	2017	2016
Circulante		**396.077**	**-**
Projeto a executar		392.917	-
Fornecedores		3.160	-
Não Circulante		**2.573.502**	**2.823.691**
Patrimônio Líquido	**(08)**	**2.573.502**	**2.823.691**
Total do Passivo		**2.969.579**	**2.823.691**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota Explicativa	2017 Total	2016 Total
Receitas Operacionais		**65.432**	**685.695**
Receitas Operacionais		**65.432**	**685.695**
Receitas Próprias		19.697	457.563
Doações	**(9.b)**	17.940	148.538
Receitas Financeiras		27.795	79.594
Despesas Operacionais		**(396.543)**	**(408.656)**
Despesas Operacionais		**(396.543)**	**(408.656)**
Despesas administrativas		(360.024)	(357.265)
Serviços Prestados por Terceiros		(34.286)	(48.615)
Impostos e Taxas		(2.233)	(2.777)
Resultado do Exercício		**(331.111)**	**277.039**
Resultado Abrangente Total		**(331.111)**	**277.039**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício

Patrimônio líquido	Nota Explicativa	2017	2016
No início do exercício		**2.823.691**	**-**
Doação de bens patrimoniais	**(09.a)**	80.921	1.845.919
Ajuste de avaliação patrimonial		-	700.734
Resultado do exercício		(331.111)	277.039
No final do exercício	**(08)**	**2.573.501**	**2.823.691**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado

	2017 Total	2016 Total
Receitas Operacionais Brutas	**65.432**	**685.695**
Receitas Próprias	19.697	457.563
Doações	17.940	148.538
Receitas Financeiras	27.795	79.594
Insumos Adquiridos de Terceiros	**112.483**	**273.143**
Serviços de terceiros	34.286	48.615
Despesas administrativas e gerais	78.197	224.528
Valor Adicionado Bruto	**(47.051)**	**412.552**
Retenções	**281.827**	**132.737**
Depreciação	281.827	132.737
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	**(328.878)**	**279.815**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**(328.878)**	**279.815**
Distribuição do Valor Adicionado	**(328.878)**	**279.815**
Pessoal e encargos	-	-
Impostos, taxas e contribuições	2.233	2.777
Resultado do exercício	(331.111)	277.039

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa

Atividades Operacionais	**2017**	**2016**
Superávit (déficit) líquido	(331.111)	277.039
Resultado Acumulado	-	700.734
Depreciação e amortização	281.827	132.736
Ajuste de depreciação	-	(672.784)
Ajuste de avaliação patrimomial	80.921	-
Resultado ajustado	**31.637**	**437.725**
Variações do Ativo e Passivo		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Adiantamentos diversos	910	(910)
Outras contas a receber	-	-
Aumento / (redução) nos passivos em		
Projeto a executar	392.917	(382.041)
Fornecedores	3.160	(1.572)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**428.624**	**53.202**
Atividades de Investimento		
Aquisições do ativo imobilizado	(132.993)	(27.950)
Baixas do ativo imobilizado	52.072	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(80.921)**	**(27.950)**
Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**347.703**	**25.253**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	398.425	373.172
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	746.128	398.425
Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**347.703**	**25.253**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2017 e 2016

1. Contexto operacional: A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23/10/2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. **2. Base de preparação:** ***a. Declaração de conformidade:*** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras referentes a 31/12/2016, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação. A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16/01/2018. ***b. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. ***Moeda funcional e moeda de apresentação:*** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação. ***a. Instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros não derivativos: A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Recebíveis:* Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. *Passivos financeiros não derivativos:* Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. *Instrumentos financeiros derivativos:* Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016. ***b. Imobilizado:*** *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. *Depreciação:* A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***c. Intangíveis:*** Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. ***d. Redução ao valor recuperável:*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. ***e. Passivo circulante e não circulante:*** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. Recursos vinculados a projetos	**2017**	**2016**
Recursos Livres - Associação (a)	353.211	398.425
Recursos Restritos - Projetos (b)	392.917	-
Total	746.128	398.425

(a) Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). (b) Recursos recebidos conforme contrato de parceria com a Juilliard School, cuja contrapartida está classificado no passivo circulante.

5. Adiantamentos diversos	**2017**	**2016**
Outros	-	910
	-	910

6. Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

		2017			2016
Descrição	**Taxas**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Equipamentos	10%	150.543	(36.271)	114.272	129.326
Móveis e Utensílios	10%	38.214	(20.363)	17.851	21.672
Instrumentos Musicais	10%	2.664.112	(583.225)	2.080.887	2.262.918
Total		**2.852.869**	**(639.859)**	**2.213.010**	**2.413.916**

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldos no início do exercício	**2.413.916**	**2.413.916**
Adições		
Equipamentos	-	119.446
Móveis e Utensílios	-	-
Instrumentos Musicais	132.993	1.754.423
Baixas líquidas	(52.072)	-
Ajuste de depreciação	-	672.784
Depreciações	(281.827)	(132.737)
Saldos no fim do exercício	**2.213.010**	**2.413.916**

7. Partes relacionadas: A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não são remunerados. **8. Patrimônio líquido:** O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em 2017, o Patrimônio Líquido é de R$ 2.573.502. De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Professas, irmãs Marcelina", conforme for fixado pela Assembléia Geral. **9. Doações Recebidas:** As seguintes doações foram recebidas durante o exercício: (a) Classificadas no patrimônio líquido:

Descrição	**2017**	**2016**
Doação de instrumentos musicais	80.921	1.845.919
Total	80.921	1.845.919

(b) Classificadas no resultado:

Descrição	**2017**	**2016**
Doação pessoas físicas e jurídicas	17.940	148.538
Total	17.940	148.538

10. Cobertura de seguros: A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e reponsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rosane Ghedin - Diretora Presidente
Luis Roberto Teles - CRC/SP182786/O-8

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz) - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz) em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado** - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2017, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16/02/2018.

Cokinos & Associados - Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0
Edson José da Silva - Contador - CRC-1SP251.112/O-9 - CNAI nº 2211

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE 35.300.391.047

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Vigor Alimentos S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada no dia 08 de março de 2018, com início às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua Joaquim Carlos, n° 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** aumento do capital social da Companhia; e **(ii)** alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em razão da deliberação acima.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018
A Administração da Vigor Alimentos S.A.

PHB INDUSTRIAL S/A

CNPJ/MF nº 03.698.762/0001-00 - NIRE 35.300.176.758

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária

Aos 3/7/2017, às 13 horas, na sede, em Serrana/SP, com 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Pedro Biagi Neto; Secretário: Luiz Roberto Kaysel Cruz. **Deliberações unânimes aprovadas: I.** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2016, publicadas, com capital social de R$ 77.536.564,00. **II.** Prejuízo no valor de R$ 1.378.082,02, a ser transferido para "Prejuízos Acumulados". **III.** Não fixação e não pagamento de honorários aos diretores, até o término do presente exercício social (31/12/2017). **IV.** Não funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício vigente. **Jucesp** nº 79.982/18-9 em 8/2/2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

MONTANA QUÍMICA S.A.

CNPJ nº 60.884.459/0001-27 - NIRE nº 35.300.056.442

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 8 de março de 2018, às 9:00 horas, no auditório da sede da Companhia, localizada na Rua Ptolomeu, nº 674, Capela do Socorro, São Paulo, SP, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Exame, discussão e aprovação do Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Relatório de Administração do exercício encerrado em 31.12.2017; 2) Destinação dos resultados do exercício encerrado em 31.12.2017; e 3) Outros assuntos de interesse da Companhia. São Paulo, 27 de fevereiro de 2018. **Andreas Gaudenz de Salis - Presidente do Conselho de Administração.**

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 28 de fevereiro de 2018 às 01:48:12.